

A VOZ

DO NORDESTE

edição n.º 646 • ANO XXV • junho | 2011

esta revista é parte integrante do jornal nordeste e não pode ser vendida separadamente



Entrevista a António Sá da Costa:
“Bragança não terá
potência disponível para
eólicas antes de 2017”



António Cunha

Feira de S. Pedro
aposta no Turismo
e na certificação
energética



OLHAMOS PELOS SEUS OLHOS.
E O RESULTADO VÊ-SE NO SORRISO.

 **institutooptico**

Santos Óptica Médica
Av. Sá Carneiro, nº 121
5300 Bragança
Telef: 273 332 679

A Insolvência

2

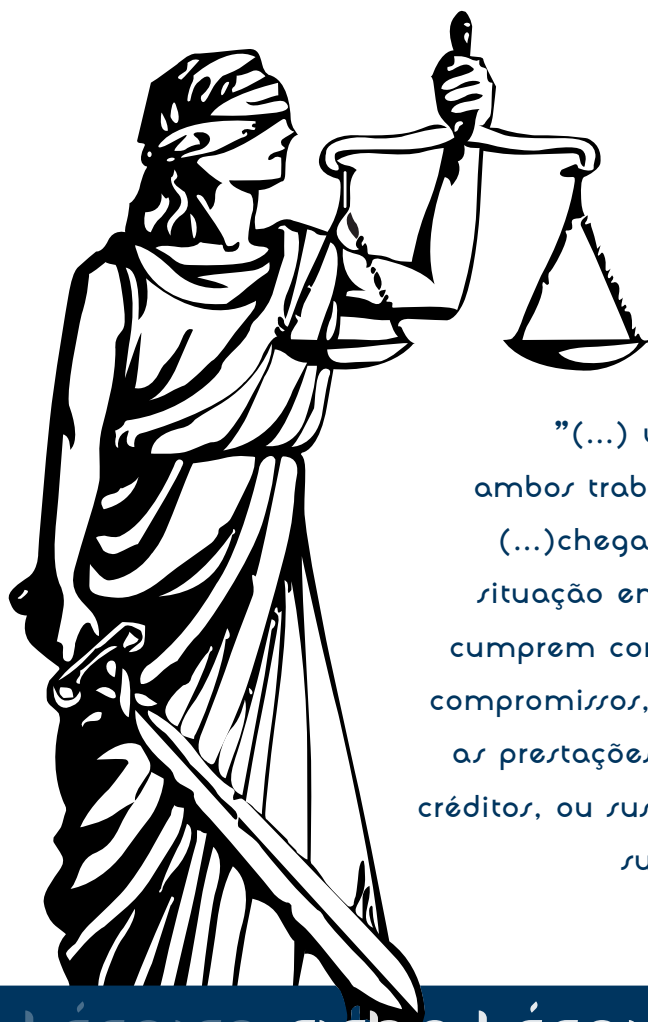
AVOZ



elisa
santos

advogada e docente no I.P.B.

Um casal encontra-se sem possibilidade de pagar todas as suas dívidas, nomeadamente a prestação da casa e do automóvel ao banco entre outras obrigações do dia-a-dia. Será que pode ser declarado insolvente tal como as empresas?



"(...) um casal, ambos trabalhadores (...)chegam a uma situação em que, ou cumprem com os seus compromissos, pagando as prestações dos seus créditos, ou sustentam a sua família (...)"

O insolvente singular. Muitos têm a convicção de que só as empresas, no sentido de entidade que exerce uma actividade comercial, industrial ou agrícola, podem ser declaradas insolventes. Contudo, tal não é verdade. Também as pessoas singulares, não comerciantes, podem ser declaradas insolventes.

Dívidas das pessoas singulares. Tomemos como exemplo um casal, ambos trabalhadores por conta de outrem, auferem os seus vencimentos e chegam a uma situação em que, ou cumprem com os seus compromissos, pagando as prestações dos seus créditos, ou sustentam a sua família, pagando a alimentação, alojamento, vestuário e educação dos filhos.

Incumprimento das obrigações. O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) contém as regras a aplicar a quem se encontrar num impasse para as pessoas comuns de cumprirem com as suas obrigações e para tanto criou o regime da insolvência das pessoas singulares, não comerciantes.

Pedido ao tribunal. Voltemos ao exemplo do nosso casal. Este deverá dirigir-se ao tribunal da sua residência onde exporá, por meio de requerimento, a sua situação financeira; deverá juntar uma lista dos seus credores e uma lista dos seus bens. Nesse mesmo requerimento deverá solicitar a «exoneração do passivo restante». E o

que é isto? É a possibilidade conferida ao casal insolvente de começar de novo após um período de 5 anos.

O que acontece aos bens do casal? Os bens do casal serão apreendidos e vendidos e com o produto/resultado da venda serão pagos alguns dos créditos. Note-se que existem bens que não se podem apreender, nomeadamente os indispensáveis à economia doméstica, como o fogão, o frigorífico, a cama e outros. Seguidamente fica consignado no processo que o casal entregará por mês determinada quantia a uma pessoa, para o efeito nomeada pelo tribunal, pessoa essa que periodicamente distribuirá os montantes pelos credores.

Este regime é justo? Uma coisa é certa, não se poderá dizer que com ele os credores ficam mais prejudicados, já que todos os bens são apreendidos e ainda ficam a receber uma parte do seu crédito durante os 5 anos seguintes.

Nota importante: Se tudo correr como previsto, passados 5 anos sobre a data em que o casal começa a entregar os valores à pessoa designada pelo tribunal (para que este periodicamente distribua os montantes pelos credores) todos os créditos ainda existentes são considerados incobráveis e o casal pode começar de novo, sem dever nada a ninguém.

Legislação: Decreto-lei n.º 53/2004, de 18 de Março (CIRE)■

Para perguntas e sugestões:
comtododireito@ipb.pt

cha técnica FICHA TÉCNICA FICHA TÉCNICA FICHA TÉCNICA FICHA TÉCNICA

A VOZ
DO NORDESTE

Directora - Teresa Batista | Redacção - João Campos e Teresa Batista | Publicidade e Marketing - Bruno Lopes | Colaboram nesta edição - António Osório, António Verdelho, Elisa Santos | Propriedade/Editor - Pressnordeste, Lda. | Registo ERC n.º 111077 | Concepção Gráfica - Vasco Lopes | Impressão - Diário do Minho | Tiragem - 5.000 exemplares | Periodicidade: Mensal | Redacção e Administração - Avenida Sá Carneiro, Edifício Celas, Apartado 215- 5300-252 Bragança | Telefone: 273329600 | Fax: 273329601 | e-mail: voznordeste@gmail.com | Depósito Legal n.º 30.609/89.

Vento desperdiçado

Há estudos que revelam que há potencial para produção de energia eólica nalgumas zonas do Parque Natural de Montesinho, mas a falta de pontos de ligação à rede de distribuição está a afastar os promotores da área das energias renováveis.

Em Abril de 2007, a empresa irlandesa Airtricity anunciou publicamente a intenção de aproveitar o vento em Montesinho para a produção de energia. Foi apresentado um megaprojecto, com capacidade para produzir 600 MW, que seria capaz de iluminar 15 cidades como Bragança. O projecto chegou a ser considerado pelos responsáveis da empresa como a segunda Autoeuropa, pelo impacto económico que iria ter na economia re-

gional e nacional.

A Airtricity avançou, na altura, com contratos de arrendamento de terrenos em várias freguesias dos concelhos de Bragança e Vinhais, com vista à concretização do projecto. No entanto, os anos foram passando e ainda não há sinais da instalação do parque eólico em Montesinho.

No ano passado, a empresa regressou ao Nordeste Transmontano com um novo figurino, visto que a Airtricity foi comprada pela SSE-Renewables, para anunciar que continua por cá a medir o vento no Parque de Montesinho, e apelou às entidades locais e regionais para encetarem esforços junto do governo para desbloquear a falta de pontos de ligação à rede.

Apesar de Portugal importar

cerca de 80 por cento das fontes de energia que transforma em electricidade, o que representa a saída de milhões de euros do País, que contribuem para o agravamento da crise económico-financeira, o Nordeste Transmontano parece não ser considerado pelo governo como um local interessante para instalar parte eólicos.

O presidente da Associação de Energias Renováveis, António Sá da Costa, é peremptório em afirmar que antes de 2017 não haverá potência significativa para instalar megaparcques eólicos no distrito de Bragança, tendo em conta que a prioridade é a execução do plano de hídricas.

Ora não seria possível conciliar o plano das hídricas com o aproveitamento do vento, tendo em

conta que há empresas interessadas em investir na instalação de parques eólicos na região e em zonas onde já há aerogeradores do lado espanhol, como é o caso de Montesinho? Em tempo de mudanças políticas a resposta surgirá com o novo plano para produção de energias renováveis apresentado pelo novo governo. ■



teresa
batista

directora

nesta edição:



entrevista

06| Bragança não terá potência disponível para eólicas antes de 2017

empresas pme excelência 2010

16| Óptica Galilei: uma empresa de confiança



economia

8| Vale a pena vir à Feira de S. Pedro

10| Feira com certificação ambiental

11| Expositores alteram-se com a evolução do mercado

12| OME: Só não vendemos casas



e ainda:

made in Trás-os-Montes

18| LOLIS: um espaço modernizado

19| Turismo de Natureza Online

opinião

04| Vexata Quaestio...

05| "Santos da casa"

20| IPB estuda tratamento alternativo para conservar a castanha

22| Ensino de excelência com oferta de alojamento

"Com todo o direito"

02| A Insolvência

Ensino



antónio
osório

advogado

VEXATA QUAESTIO...

Não é novidade para ninguém o estado a que o Estado Português chegou, que originou a vinda da troika composta pelo FMI, União Europeia (EU) e Banco Central Europeu (BCE). Uns vão contra, outros aplaudem, outros ainda esperam para ver as consequências de tudo isto. Sou dos que se encontram nas fileiras dos opositores à entrada no nosso país desta comitiva de resgate.

Com efeito, e valha a verdade, só por efeito da grande pressão exercida sobre a economia portuguesa pelas agências de rating é que viria a justificar-se a vinda da Troika. Mas nunca é de mais lembrar alguns factos que contribuem seguramente para esclarecermos o que está por de trás de tudo isto.

Recordo que as empresas de rating que foram atirando Portugal para o grupo dos países considerados como

“lixo”, isto é, um país onde os investimentos não são seguros, são as mesmas empresas que deram o Lemmon Brothers como um banco sólido, no topo da classificação. Até aqui tudo perfeito, não fora o facto de essa cotação ter sido dada cerca de três semanas antes de este banco abrir falência e originar a maior crise financeira mundial de que há memória.

Para fazer face à crise, os Estados viram-se na contingência de injetar dinheiro nos mercados, salvando bancos e instituições financeiras ou incorporando esses activos, para evitar o perigo de contágio a todo o sistema financeiro.

Quando a situação parecia algo controlada, surge a crise das dívidas soberanas, em que eram já os próprios Estados a encontrar dificuldades em financiar-se junto dos bancos ou bancos centrais, bem como a verem os juros da dívida aumentarem desmesuradamente, para níveis in comportáveis.

Se é certo que houve países que tomaram medidas sérias de combate a este cenário, outros houve que tardaram em tomá-las e, ainda, uns poucos, que além de tomarem

medidas tardiamente, não terão tomado as medidas mais correctas ou suficientes. E penso ser este o caso de Portugal, para variar.

Independentemente de existirem problemas estruturais no nosso país, que sabemos que existem, a verdade é que não existia razão para a pressão sobre o nosso país. É este o entendimento, aliás, de diversos economistas a nível mundial. Bom, se as cotações baixas que eram atribuídas a Portugal não se justificavam, é fácil perceber o porquê de elas existirem. Estas empresas de rating existem para darem dinheiro a ganhar aos seus clientes.

Ora, se estes clientes investem na aquisição de dívida pública por meio de capitais próprios ou dinheiro adquirido com taxas de juro baixas, quanto mais altos estiverem as taxas de juro que vão cobrar aos Estados, mais ganham. Veja-se o que significa, em termos de rentabilidade para um investidor, comprar mil milhões de euros a uma taxa de juro de, por exemplo, 3%. O investidor sabe que terá de pagar ao banco que o financiou, além do capital, trinta milhões de euros de juros. A seguir, este mesmo investidor investe na compra de mil milhões de euros de dívida pública portuguesa, da qual vai receber de juros 7%, 8% ou 9%. Se ficar pelos 7%, recebe, além do capital, juros no valor de setenta milhões de euros. Este investido entrega, além do capital, trinta milhões de euros ao banco que o financiou e fica para si com quarenta milhões de euros.

Já percebem? Simples, não é?! Menos simples é perceber a passividade e falta de protecção da própria União Europeia perante a pressão exercida por essas empresas. Ficou claro nos últimos anos que a União Europeia é, não uma verdadeira união, mas uma figura de estilo, em que de um lado estão os que podem e mandam e, de outro, os submissos. ■

“(…)

Independentemente de existirem problemas estruturais no nosso país, que sabemos que existem, a verdade é que não existia razão para a pressão sobre o nosso país.(…)”



“Santos da casa”

O Memorando entre o Estado Português e a equipa tripartida constituída pelo FMI, BCE e EU, reúne, no que se refere às alterações a introduzir na Administração Pública, nomeadamente na Administração Fiscal, algumas ideias, conceitos e projectos que há muito vinham a ser reclamados.

Assim, fica claro que as medidas enunciadas revelam um profundo conhecimento dos pontos sensíveis do nosso sistema fiscal, identificando a fraude e evasão fiscais (economia paralela), como o nosso maior problema.

Assim sendo, é natural que os pontos do acordo dedicados à matéria fiscal, passem fundamentalmente pela adopção de medidas de combate à fraude e evasão, e que «até final de Outubro de 2011, seja apresentado um novo plano estratégico para a Administração Fiscal, a implementar no triénio 2012-2014».

Como é sabido, a economia paralela atinge em Portugal um valor superior a 20% do PIB, pelo que, bastará reduzir o seu valor para o nível médio dos países da OCDE (14%) para que o país deixe de ter défice.

Embora no Memorando nada seja adiantado, existem duas vias para combater a evasão — a educativa e a repressiva. Em meu entender, a via escolhida não será a educativa - mudança das mentalidades, em favor duma maior consciência fiscal — devido aos efeitos se reflectirem de forma lenta (os resul-

tados das campanhas “Peça a factura se faz favor” e “Facturar faz o país avançar” pouco ou nada se notam) e se tornar imperativo que as alterações produzam resultados no orçamento de Estado de 2012, o que apenas se consegue pela via repressiva, acompanhada, obviamente, de algumas alterações legislativas.

Para combater a fraude são precisos meios, designadamente — humanos e informáticos — bem como informação para tratar. Nesse sentido, o acordo contempla duas linhas orientadoras — a primeira preconiza que “será fortalecida a informação de terceiros para apoiar as auditorias”. Quanto a isso, embora Portugal já seja um dos países mais avançados do mundo (veja-se o IRS onde apenas falta cruzar as despesas com Saúde e Educação), sempre será possível reforçar o controlo com novas situações ou com a redução dos limites mínimos das actuais.

A segunda linha orientadora, passa pelo aumento dos recursos humanos afectos à inspecção tributária «A força laboral de auditores [fiscais] será aumentada para 30% do total de trabalhadores da administração fiscal até 2012, na sua maioria através da recolocação de pessoal do sector público na administração fiscal» A Inspeção Tributária era constituída em Dezembro de 2010, por 1811 Inspectores num universo de 10.170 trabalhadores, a que corresponde um rácio de 17,8%. Como se vê, para cumprir o acordado

o corpo de inspecção deverá passar para o dobro, o que vai obrigar a alterações estruturais no Fisco, as quais também já estão previstas, pois o acordo prevê «a modernização da Administração Fiscal, com a unificação da DGCI (Finanças), da DGAIEC (Alfândegas) e da DGITA (Informática)», bem como «até ao final de Setembro deste ano, as duas partes prevêem ter concluído um estudo sobre se a nova estrutura — cujo formato estará decidido até ao final de 2011 — poderá ou não acumular a colecta da Segurança Social».

Esta situação do aumento dos quadros da inspecção, apenas peca por tardia. De facto, tomando por base os dados disponibilizados no Portal das Finanças, verificamos que no ano de 2009, a Inspeção Tributária efectuou correcções de impostos no montante de 2.606 M€, conseguindo uma taxa de desempenho de 174%, a que corresponde o valor médio por inspector de 1.438.983€. Considerando que os custos com remunerações, ajudas de custo e deslocação poderão atingir anualmente cerca de 35.000 €, estaremos a falar numa relação custo/benefício de 1 para mais de 40, pelo que o alargamento dos quadros, mais do que agravar a despesa, deve ser entendido como um investimento produtivo (enquanto houver margem de crescimento), ainda mais se considerarmos que no ano transacto cerca de 42% das correcções foram objecto de regularização voluntária pelos



antónio
verdelho

docente do IPB

“(…)a economia paralela atinge um valor superior a 20% do PIB, pelo que, bastará reduzir o seu valor para que o país deixe de ter défice.(…)”

contribuintes, e que ao valor arrecadado acresceram juros, coimas ou multas.

Quanto às restantes medidas fiscais, afigura-se pertinente a proposta para que se finalize a avaliação dos 5 milhões de prédios que ainda não foram avaliados à luz das regras do IMI (só foram avaliados 2.5 M) para colocar em pé de igualdade todos os proprietários, afectando a receita obtida ao défice ou à descida de outros impostos, nomeadamente o IMT.

Uma vez escolhido o caminho, Portugal deve procurar cumprir o programa com um desempenho se possível superior ao que está previsto para regressar o mais rápido possível ao mercado de capitais, já que só assim é possível assegurar o normal financiamento da economia. ■

RECTIFICAÇÃO: Na edição n.º 645 da revista Voz do Nordeste, na notícia intitulada “Factoryplay: uma referência na Europa”, publicada nas páginas 18 e 19, onde se lê “(...) a criação de dois dos 19 postos de trabalho actuais”, deve ler-se “(...) a criação de dois dos 9 postos de trabalho actuais”. Pelo lapso apresentamos as nossas desculpas.

“Bragança não terá potência dispo

A produção de energias renováveis para diminuir a dependência energética do País do exterior é uma questão que está na ordem do dia. No distrito de Bragança há projectos eólicos que aguardam a atribuição de potências para podem avançar e há fontes de energias renováveis que ainda não estão a ser devidamente aproveitadas. A Voz do Nordeste entrevistou o presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis, António Sá da Costa, que falou da evolução do sector das renováveis na região e no País.

Voz Nordeste (VN) – Qual o papel da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) na determinação das políticas direccionadas para a produção de energias limpas?

Sá da Costa (SC) - A APREN foi criada em 1988 para representar a uma voz os promotores de electricidade de origem renovável junto das entidades licenciadoras e envolventes do sector. Desde então o seu papel tem vindo a ser alterado e tem assumido uma função importante na informação do público ao nível das vantagens e desvantagens da produção deste tipo de electricidade.

Com o evoluir do tempo, a Associação vai ganhando peso. Por exemplo, no ano passado um quarto da electricidade produzida veio de parques eólicos e de pequenas centrais hídricas, de biomassa e solares. Por isso, já somos considerados um “stackholder” e temos vindo a ser ouvidos pelos governos e pelos organismos que estão relacionados com o sector.

VN – Há empresas interessadas em investir na construção de parques eólicos no distrito de Bragança que não podem avançar com os projectos porque aguardam, há vários anos, por um concurso de atribuição de potência. Num país em que se estabelecem metas para produção de energia

renovável, esta situação não é um contra-senso?

SC- A instalação de centrais no distrito de Bragança está dependente de vários factores. O primeiro é a disponibilidade de pontos de ligação na rede eléctrica, o segundo é o recurso, o terceiro é a disponibilidade de terrenos e o quarto são as questões relacionadas com o licenciamento ambiental. Isto é válido para qualquer tecnologia, seja eólica, seja hídrica ou solar.

No distrito de Bragança não tem havido potência disponível e a curto prazo também não haverá. Esta é uma questão básica, pelo que não haverá projectos novos significativos.

VN- Mas a Airtricity apresentou um projecto que pretende concretizar na região com capacidade para produzir 380 MW de energia eléctrica ...

SC-Julgo que será mais fácil instalar pequenas centrais fotovoltaicas, entre 1 a 5 MWV, ligadas na rede de distribuição, que podem ser disseminadas na rede e haver potência disponível, do que estar a arranjar um projecto com 50 ou 60 MW para injectar num dado local, porque isso não há mesmo.

No que diz respeito à eólica, a minha opinião pessoal, e já ouvi algumas intervenções oficiais a reflectir o mesmo posicionamento, é que nós já temos uma penetração



nível para eólicas antes de 2017”

muito grande de eólicas. Temos a funcionar 4 mil MW e estão atribuídos nos diferentes concursos potências que podem oscilar entre os 5400 e os 5600 MW. O governo prevê que até 2020 se instalem até 6800 MW, portanto estão previstos mais 1200 MW que se podem vir a instalar.

Se essa potência for instalada, nós vamos necessitar para gerir todos os outros projectos que estão em cima da mesa que haja a certeza que as centrais hidroeléctricas que estão no plano nacional das grandes barragens que vão ser construídas e julgo que só vamos ter a certeza que vão ser construídas entre 2016 e 2017. E só nessa altura é que se deverão atribuir novas potências e o planeamento da rede ainda não abrange com detalhe esses horizontes, que per-

António Sá da Costa é presidente da direcção da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), membro da direcção da Associação Portuguesa da Energia (APE) e vice-presidente da European Renewable Energy Federation (EREF).

É formado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, é Mestre e Doutor pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). António Sá da Costa foi fundador e administrador do Grupo Enersis durante 20 anos e presidiu ao Centro Ibérico de Energias Renováveis e Eficiência Energética.

mitam definir o que é que se vai passar.

Neste momento, no que diz respeito à eólica vamos assistir, até 2014, à realização dos projectos que já têm as potências atribuídas e estão em licenciamento e quanto ao resto temos que aguardar, até porque não pode ser definido no âmbito local, mas sim no todo nacional.

VN- Tendo em conta as metas para aumentar a produção de energias renováveis não se deveria facilitar a instalação de parques eólicos?

SC- Pode-se facilitar, mas há outros sítios com maior potencial. O investidor vai procurar os sítios que lhe dêem maior rentabilidade aos projectos. Nesse sentido vai procurar sítios que tenham maior recurso, menores custos de construção e que tenha menores custos de ligações eléctricas e que as rendas de terrenos e contrapartidas sejam mais baixas.

Pode ser um sítio com um bom recurso, mas se as ligações e os terrenos são caros ou é difícil porque têm muitas restrições de natureza ambiental, tornam um local interessante num local desinteressante.

VN- Há zonas inseridas em parques naturais, onde não é permitido instalar aerogeradores para produção de energia eólica. De que forma é possível tornar compatível a preservação da natureza com a produção de energia limpa?

SC- É possível conciliar. Eu já estive envolvido em parques eólicos instalados em parques naturais em que foi possível conciliar. No caso concreto de Bragança, em Montesinho, do lado espanhol vêem-se aerogeradores, portanto o impacto paisagístico já está lá e as ventoinhas não são portuguesas, são espanholas.

VN- Nesse sentido do lado de cá também se poderiam instalar aerogera-

dores ...

SC- Como é evidente. No entanto há que compatibilizar uma série de coisas. Eu acho que é combatível, assim haja vontade das entidades ambientais e eu julgo que até pode ajudar à preservação da natureza local, porque há parcerias que podem ser estabelecidas que de outra forma não seriam viáveis.

Mas há que haver respeito por algumas zonas. Por exemplo, não vou instalar um parque eólico na rota migratória das aves.

A instalação de um parque eólico depende de uma série de circunstâncias e a maior parte das vezes as entidades licenciadoras olham só para a sua área de actividade como se mais nada existisse e eu julgo que o que tem que se procurar são soluções de compromisso.

VN- Portugal transforma, apenas, uma pequena parte da energia que consome. Como é que se pode contrariar esta dependência energética externa?

SC- A nossa dependência externa é na ordem dos 80 por cento. Para reduzir temos que consumir menos, usando mais racionalmente a energia e utilizando as fontes endógenas que temos. A importação de petróleo para os transportes faz despoletar toda a questão dos biocombustíveis, que tem que ser vista, revista, reanalisada e enquadrada. Depois também a importação de gás natural e carvão para a produção de electricidade. Mas onde é preciso atacar forte é no petróleo e isso passa por um reordenamento territorial e um reordenamento de funcionamento da sociedade, passando nomeadamente pela utilização de transportes públicos, principalmente nos grandes centros urbanos. A electricidade está a fazer o seu papel, mas as outras energias não estão a fazer o seu papel e é aí onde há maior capacidade de evolução.

VN - Quanto é que Portugal gasta anualmente na importação de combustíveis fósseis para produ-

“Em Montesinho, do lado espanhol vêem-se aerogeradores, portanto o impacto paisagístico já está lá e as ventoinhas não são portuguesas, são espanholas”.

ção de electricidade?

SC- Não sei precisar esse valor, porque depende dos anos e depende dos preços, mas no ano passado o valor deverá ter oscilado entre os 1,5 mil milhões e os 2 mil milhões de euros de importação de gás natural e carvão para produção de electricidade. No entanto, poderia ter sido mais elevado se não tivéssemos a percentagem elevada que tivemos de electricidade de origem renovável.

VN - Quais as fontes de energias renováveis que podem ser aproveitadas na região de Trás-os-Montes?

SC- A zona de Trás-os-Montes está extremamente bem representada do ponto de vista hídrico. Quando se terminar o plano na zona de Trás-os-Montes, a electricidade produzida de origem hídrica será superior ao consumo da própria região.

O vento não é assim tão interessante como isso, há outras zonas do País mais interessantes, mas há outra fonte que tem que ser mais aproveitada, que é o sol, que nesta região pode ser usado para aquecimento de águas sanitárias, através de painéis solares, que é uma utilização individual, e é um investimento que se consegue rentabilizar em 4 a 5 anos, bem como a instalação de pequenos parques fotovoltaicos, com pequenas potências instaladas que se possam injectar na rede de distribuição. São projectos pequenos, mas com impactos imediatos. Eu acho que grandes projectos nos tempos mais próximos não deverão acontecer, à excepção das hídricas. ■

PERFIL



Vale a pena vir à

A Feira de S. Pedro é um dos certames económicos mais importantes da região e até já serviu de modelo para a realização de outras feiras do género a nível nacional. Este ano, a aposta no turismo é a principal novidade, que se alia a um cartaz musical forte, que atrai milhares de pessoas a Macedo de Cavaleiros. A "Voz do Nordeste" esteve à conversa com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, António Cunha, que enalteceu o impacto do certame na economia da região.



Voz do Nordeste (VN) – Qual a importância da Feira de S. Pedro para a economia e para o tecido empresarial da região?

António Cunha (AC) - Os certames desta natureza têm sempre a finalidade de mostrar as empresas, dando visibilidade à capacidade do meio empresarial, para divulgar as suas qualidades e as suas competências. Estas iniciativas são sobretudo importantes numa região como a nossa, para dar protagonismo e visibilidade às empresas, para contrariar a ideia de que em Trás-os-Montes não há iniciativa empresarial. Aquilo que nós queremos vincar é que, apesar de tudo, existe essa iniciativa e existem boas empresas e boas condi-

ções para investir nas diversas áreas.

A Feira de S. Pedro tem a vantagem de possuir uma larga experiência nesta área, o que significa que conseguimos dar às empresas um palco em que os expositores assumem a sua ambição de visibilidade junto dos milhares de visitantes que conseguimos atrair ao Parque Municipal de Exposições. A nossa fórmula resume-se àquilo que consideramos essencial, que é, por um lado, conseguir atrair os expositores e fazer uma exposição de qualidade, e, por outro lado, atrair público interessado em conhecer as empresas e a nossa região, para que no final toda a gente saia satisfeita do Parque Municipal de Exposições de Mace-

do de Cavaleiros.

VN – Em tempo de crise quais são os principais obstáculos que a Associação Comercial enfrenta para organizar a feira?

AC - Em tempo de crise ou sem ser de crise o principal obstáculo é sempre o dinheiro, visto que estas iniciativas envolvem recursos financeiros. Por isso, com mais dinheiro é natural que se possa fazer uma exposição mais ambiciosa e mais atractiva. Com menos recursos financeiros, como é o caso, temos a obrigação de saber gerir o dinheiro ainda com mais critério.

Mas não podemos ser derrotistas. Vamos pôr de pé um certame ao nível dos anteriores e

vamos conseguir passar a mensagem de que vale a pena vir à Feira de S. Pedro. O essencial não é concentrarmo-nos nos impedimentos e nos obstáculos. O essencial é perceber por onde podemos ir e o que temos de fazer para satisfazer as expectativas das empresas e do público.

VN – Este certame alia a vertente económica a um cartaz musical atractivo para os visitantes. Quais são os principais nomes do panorama musical para este ano?

AC - Os espectáculos já marcados são, dia 25 de Junho (Sábado) Tony Carreira, dia 26 (Domingo) Camané, dia 27 (Segunda) Edna Pimenta, dia 28 (Terça) Quim Barreiros e Kristiana, dia 29 (Quarta),

Feira de S. Pedro

que é feriado municipal. Mikael Carreira, dia 30 (Quinta), dia 1 de Julho (Sexta) Final Distrital da Eleição Miss Mundo Portugal e Primeiro Festival Nacional de Karaoke, Lucenzo e Hugo Dmx e dia 2 de Julho (Sábado) Irmãos Verdades.

VN - A conjuntura económica desfavorável levou à redução do orçamento para a organização da Feira de S. Pedro?

AC - Houve uma pequena adequação do orçamento, isso era inevitável, até porque estamos em tempos de contenção económica, mas também não somos grandes gastadores.

Como é óbvio, a grande fatia do orçamento vai sempre para os espectáculos, mas este ano até vamos conseguir uma poupança significativa porque o cabeça de cartaz – Tony Carreira – vem com o patrocínio do Hipermercado Continente.

VN - Quantos expositores vão estar presentes no certame?

AC - Vão estar presentes entre 230 e 250 expositores. O número final só é conhecido no dia da abertura da feira, porque é sempre possível a desistência de um e a entrada de outro, mas a média de expositores por edição é dentro destes números.

VN - Quais são as principais novidades do certame deste ano?

AC - A principal novidade é a criação de um Pavilhão com cerca de 1.000 m², no Parque Municipal de Exposições, exclusivamente dedicado ao turismo. O que se pretende com o “Pavilhão do Turismo Norte” é dar visibilidade a este sector, apostando numa melhor lógica de exposição.

Temos de interiorizar que Trás-os-Montes começa a ser um destino turístico. Ainda está tudo no início, mas já se vê uma importante corrente de turistas.

Por exemplo, a Albufeira do Azibo e, até, o Museu de Arte Sacra, atraem cada vez mais visitantes. Isso é visível. Além disso, na região há várias ofertas turísticas, por exemplo turismo em espaço rural, turismo ambiental e ligado à caça, prova disso é o enorme sucesso da Feira da Caça.

O turismo tem uma importância extraordinária enquanto actividade económica. E o Nordeste Trasmontano só tem a ganhar se essa corrente de visitantes engrossar. Isso vai permitir, inclusive, a comercialização a uma melhor escala de muitos dos nossos produtos de referência, como o azeite, o mel, os frutos secos, a castanha, os enchidos, os produtos da caça ou o artesanato, aproximando o produtor do consumidor. O turismo é, ainda, importante para revitalizar algumas das nossas aldeias e funcionar como indutor de investimento, por exemplo na criação de novas estruturas de apoio e na recuperação de património construído. Isto quer dizer que o turismo impulsiona

“A principal novidade é a criação de um Pavilhão com cerca de 1.000 m², no Parque Municipal de Exposições, exclusivamente dedicado ao turismo”.

pequenas unidades produtivas, pequenas empresas, que contribuem para a criação de emprego, o que vale ouro em Trás-os-Montes.

“Em tempo de crise ou sem ser de crise o principal obstáculo é sempre o dinheiro”.

Estamos em crer que a A4 também vai trazer muita gente. Gente curiosa e gente que se dá bem com os ares de Trás-os-Montes e virá com muita regularidade. Para isso pre-

cisamos de criar uma oferta turística variada e atraente e publicitá-la.

Aquilo que a ACISMC propõe na Feira de S. Pedro é um espaço em que aqueles que já estão no sector do turismo, seja do lado institucional, seja do lado da oferta turística, aproveitem para divulgar espaços e promover produtos, aproveitando para criar sinergias, porque o turismo, para ser viável e rentável, necessita de coerência, de lógica integradora, para se criar uma verdadeira oferta turística.



Feira com certificação ambiental

Voz do Nordeste (VN) – Este ano a Feira também deu um passo ao nível da sustentabilidade. O que é que vai ser feito a este nível?

António Cunha (AC) - A Feira de S. Pedro é um evento que se desdobra em vários momentos: a planificação, a montagem, a realização propriamente dita e a desmontagem. Em cada uma destas etapas podem ser causados danos ambientais, através do consumo de recursos e da produção de resíduos. Por isso, é possível intervir em cada um destes momentos, de modo a lograr uma gestão sustentável, ou seja contribuindo para uma diminuição dos danos ambientais.

Neste sentido, vamos avançar

com um projecto-piloto, que consiste em organizar, em colaboração com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e com a assessoria do Eixoecologia - Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, um evento de acordo com os requisitos da norma British Standard 8901 de gestão da sustentabilidade em eventos, incorporando um padrão de trabalho de forma a implementar um processo organizativo sustentável. Esta é a primeira vez que vai ser feito algo do género na Euroregião Galiza - Norte de Portugal.

Além de nos comprometermos a cumprir com rigor a legislação vigente, iremos centrar os nossos esforços na redução de

consumo de material e numa melhor gestão de espaços e instalações em termos de redução do consumo de energia eléctrica e água, iremos vigiar as condições re-

lacionadas com a higiene e segurança, e, ainda, vamos promover a reciclagem de resíduos. Vamos, igualmente, sensibilizar os expositores e o público para a necessidade de vigiarmos o nosso comportamento enquanto agentes poluidores, contribuindo para a

“É o certame económico mais conhecido da região e também serve de modelo a outras iniciativas”.

educação e responsabilidade ambiental.

VN – Qual o papel deste evento para a promoção turística da região?

AC - Nós sentimos que há muita gente que vem de propósito à Feira de S. Pedro. Desloca-se do Porto, Minho e da região centro. Além disso, há milhares de visitantes da nossa região. Entre as pessoas que nos visitam encontramos muitos transmontanos que vivem longe e aproveitam o certame para visitar a terra natal.

Além disso, este é um certame conhecido, bem referenciado, que traz muita gente a Macedo de Cavaleiros, que aproveitamos para estender a sua visita a outros lugares da região.

Neste sentido, a Feira de S. Pe-

dro já criou uma dinâmica de promoção da região. Por isso, importa agora melhorar esse

“Sentimos que há muita gente que vem de propósito à Feira de S. Pedro”.

papel, já que o turismo tem nesta edição, e pela primeira vez, uma exposição em que é garantida uma maior visibilidade temática, muito embora também seja verdade que as edições anteriores já tinham essa preocupação de “vender” Trás-os-Montes.

VN – Qual o impacto da Feira de S. Pedro no município de Macedo de Cavaleiros?

AC - Sem dúvida que a Feira de S. Pedro tem importância no contexto das iniciativas levadas a cabo no município macedense. Antes de mais é o certame económico mais conhecido da região, e também é aquele que serve de modelo a outras iniciativas.

Além disso, sempre tivemos a preocupação de fazer um certame com uma boa dose de profissionalismo e de qualidade, que enchesse de orgulho os macedenses, dando uma boa imagem da nossa cidade. A ACISMC apenas procura transmitir que o meio empresarial é capaz de se unir no essencial e que os nossos empresários são pessoas extremamente válidas, capazes e preocupadas com a nossa cidade e com a nossa região. E temos conseguido isso. Assim sendo, queria aproveitar esta ocasião para apelar aos macedenses no sentido de convidarem familiares e amigos a virem à Feira de S. Pedro e aproveitarem uns dias de férias na nossa região. ■



Apresentado por
CONTINENTE



TONY CARREIRA

Sábado
25 junho

O mesmo de sempre

www.tonycarreira.com

Camané



Domingo
26 junho

Kristiana



Terça
28 junho

TOUR 2011
EDNA PIMENTA

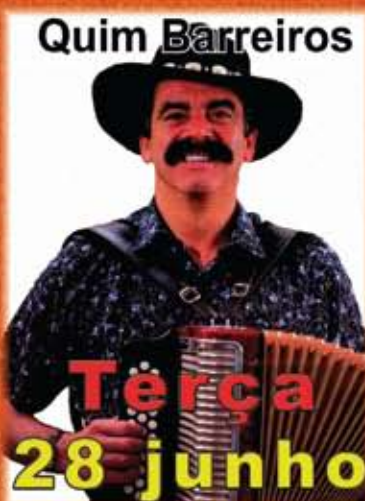


Segunda
27 junho

feira de s. pedro
2011

25 junho a 2 julho

Quim Barreiros



Terça
28 junho

Quinta Festival Nacional de **KARAOKE**



30 junho

- 1º Prémio - 1000€
- 2º Prémio - 500€
- 3º Prémio - 250€

Lucenzo



Hugo Dmx

Sexta
1 julho

Apresentado por
CONTINENTE

Quarta

TOUR 2011

MICKAEL CARREIRA

29 junho



Irmãos Verdades



Sábado
2 julho

Macedo de Cavaleiros

Expositores alteram-se co

12

A VOZ

Há 10 anos na direcção e há oito anos como presidente da Associa-

ção Comercial de Macedo de Cavaleiros, António Cunha tem assistido a uma mudança do tipo de expositores ao longo dos anos na Feira de S. Pedro. A evolução, segundo o dirigente associativo, acompanha as tendências do mercado. Se nos anos anteriores a 2004 as empresas de construção civil e de máquinas agrícolas estavam em força no recinto da feira, a partir daí começaram a surgir as primeiras empresas ligadas ao sector das energias renováveis.

Durante 28 anos, a Feira de S. Pedro assume-se como um cer-

tame de referência na região, que tem evoluído ao longo dos tempos.

António Cunha garante que a Feira tem sido moldada consoante a lei do mercado. Quando o sector da construção entrou em crise, o número de empresas desta área tem vindo a diminuir e, actualmente, marca presença, apenas, uma empresa deste ramo. “Antigamente vinham entre 10 a 15 empresas e tínhamos entre 20 a 30 gruas”, assegura o dirigente associativo.

A evolução nas máquinas agrícolas é semelhante. Ainda as-

sim há entre três a quatro marcas que asseguram a exposição de tractores na Feira de S. Pedro, um número muito abaixo das cerca de 13 marcas que se apresentavam nos tempos áureos da agricultura.

“A tendência é para a concentração de marcas. Nos automóveis dentro de algum tempo vai-se verificar a mesma coisa. Antigamente também tínhamos cá camiões e actualmente também já não vêm”, garante António Cunha. ■



Com a evolução do mercado

Uma Feira com história

A Feira de S. Pedro é uma evolução da tradicional feira anual de S. Pedro. Desde 1983 que a sua organização e gestão está a cargo da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros. Em 1996 é inaugurada a sede da associação e a feira ganha uma melhoria ao nível das infra-estruturas. “Anteriormente, a feira já era feita naquele espaço, mas sem naves. A área era toda aberta”, recorda António Cunha.

Neste certame, mais virado para a exposição do que propriamente para a venda directa, estão representados os cerca de 500 sócios que a associação comercial tem espalhados por todo o País. Entre os expositores, cerca de 40 por cento são da região e os restantes 60 por cento deslocam-se de diferentes pontos do País.

António Cunha enaltece que a Feira de S. Pedro é uma das quatro maiores feiras do género do País. ■



Renováveis e turismo em crescimento

As energias renováveis são o sector em expansão neste certame. Desde 2004 que o número de empresas nesta área não pára de aumentar na Feira de S. Pedro.

Este ano, a grande novidade é o sector do turismo, com um espaço com capacidade para acolher cerca de 25 empresas.

Esta área é a aposta da região para fortalecer a actividade económica e a Feira de S. Pedro vai assumir-se como uma montra de excelência dos destinos turísticos da região e do País.

As preocupações ambientais são, igualmente, um ponto a destacar na XXVIII edição do

certame. Durante os 10 dias da Feira, que decorre de 25 de Junho a 2 de Julho, vai haver uma preocupação com a diminuição da produção de resíduos. Além disso, todos os resíduos produzidos vão ser separados para reciclagem e, ao mesmo tempo, pesados, para avaliar o impacto ambiental do evento. Nas próximas edições o desafio é organizar uma feira mais amiga do ambiente, tendo em vista a certificação da Feira de S. Pedro em termos ambientais.

A par das preocupações com o Ambiente, António Cunha enaltece que a organização também se preocupa com os expositores que marcam presença na feira. Por isso, há uma forte aposta no cartaz musical, para atrair gente ao evento.



“Só não vendemo

Na loja OME encontra tudo o que precisa para decorar o seu lar. Prestar um serviço do tipo “chave na mão” é a aposta da empresa

14

A VOZ



A história começa no final da década de 70, na freguesia de Sobrosa, concelho de Paredes. Foi ali que o pai de Vítor Hugo montou uma carpintaria/marcenaria que hoje emprega filhos e sobrinhos naquela que é a principal indústria do Vale do Sousa: o mobiliário. Vítor começou a trabalhar aos 16 anos, mas, ao contrário de outros jovens da sua idade, soube expandir o negócio e apostar na comercialização de mobiliário, seja ele de fabrico próprio ou encomendado a outras marcas. Hoje, a empresa “António Augusto da Silva Barros” continua a fazer mobílias sem concorrência no mercado, porque as

grandes linhas de montagem não trabalham caso a caso. “Fabricamos, essencialmente, mobiliário por medida. É um serviço personalizado em que o cliente diz-nos o que precisa e nós fazemos”, explica o empresário.

À medida que os dias passam, a marcenaria dá os últimos retoques nos roupeiros, nas mesas-de-cabeceira e nas estantes que hão-de decorar as casas dos clientes.

No entanto, Vítor não está à espera que a carpintaria da família lhe dê resposta a todas as encomendas. O seu negócio é outro, e de maior alcance.

Depois de fornecer vários retalhistas na cidade de Bragança, mercado que já conhece há alguns anos, abraçou o projecto “OME – o meu Espaço”, um atelier de decoração onde pode encontrar tudo o que precisa para o seu lar. Tudo começou em Março e, passados três meses, o balanço é positivo. “Surgiu esta oportunidade, que desde logo achei aliciante. Tive a sorte de conhecer a Sandra Rodrigues, que me dá um grande apoio na área da decoração de interiores, onde eu não estava tão seguro. A minha área é mesmo o mobiliário”, salienta o empresário. ■

Oportunidades de negócio em Angola

Há cinco anos que Vítor Hugo comercializa mobiliário para Angola, e com sucesso. “70 por cento do que vendo é para Angola, por

via de clientes portugueses ligados a uma grupo forte”, revela. O empresário fornece todo o tipo de mobiliário por via de uma parceria com um socieda-

de do Grupo Sete Cunhas, dado que para exportar para este país africano “é necessária uma logística muito grande”.

Última obra em terras angolanas foi a Casa Protocolar do Palácio do Dande, estando em perspectiva o fornecimento de mobiliário para um aldeamento de 100 casas. E como singrar no mercado africano? “Os nossos argumentos são a qualidade, o preço e cumprimento dos prazos de entrega”, responde o responsável. ■



os casas”

OME

o meu espaço

Atelier de Decoração

Outra das vertentes da OME são os estabelecimentos comerciais, sejam eles escritórios, lojas ou cafés

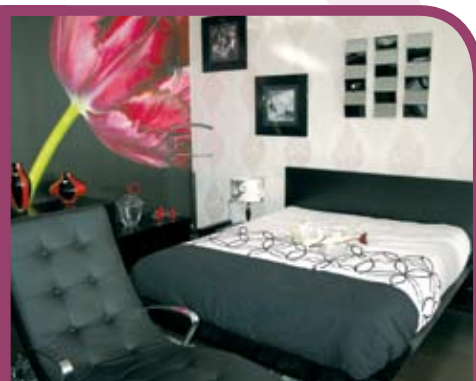
Não será exagerado dizer que na loja OME encontra tudo para mobilar e decorar a sua casa, desde vários tipos de mobiliário, tapeçarias, cortinados, aos mais variados tipos de adereços,

como serviços de louça ou talheres. E, além de uma vasta gama de produtos, ainda beneficia de um serviço de aconselhamento permanente, para que possa fazer a decoração mais adequada a cada espaço da sua casa “Aqui o cliente encontra tudo e sabe o que combina bem em termos de bom gosto”, explica Vitor Hugo, acrescentando, em jeito de brincadeira, que “só não vendemos casas”.

De facto, à excepção da própria habitação, a OME assegura um serviço do estilo “chave na mão” que não escapa, se-

quer, aos nossos vizinhos espanhóis. “Em Espanha não há mobiliário com a nossa qualidade e ao nosso preço”, assegura o responsável.

Outra das vertentes da OME são os estabelecimentos comerciais, sejam eles escritórios, lojas ou cafés, que podem contar com os serviços desta empresa na área da decoração e mobiliário “Vamos consolidar para que cresça de modo sustentável e cresça para outro espaço, mas com passos seguros, porque quanto mais é o salto, maior é o tombo.”, avisa Vitor Hugo. ■



A VOZ
15

Óptica Galilei: uma e

16

Ópticas pioneiras na Optometria e Audiologia distinguidas com o estatuto PME Excelência 2010

A qualidade certificada dos produtos e a relação de proximidade com o cliente marcam a diferença nas ópticas de Antero Santos. A empresa Antero M. Santos & Jacob – Ópticas Galilei - foi distinguida com o estatuto PME Excelência 2010, um galardão de reconheci-

mento pelos serviços prestados, ano após ano, aos seus clientes.

Antero Santos é o optometrista fundador das três ópticas instaladas na cidade de Bragança e Mirandela, que pertencem ao grupo Optivisão. O empresário de sucesso formou-se em 1984, na Escola Portuguesa de

óptica Ocular, em Lisboa, e orgulha-se de ter sido o melhor aluno do seu curso.

Começou a trabalhar no ramo da óptica com o pai, há cerca de 40 anos. Em 1995 começou um novo projecto, a óptica Galilei, na Avenida Sá Carneiro, em Bragança e no mesmo ano, o empresário abriu mais duas

lojas: a Óptica Antero Santos, na rua Almirante Reis, em Bragança, e a Óptica Galilei, em Mirandela.

A empresa Antero M. Santos & Jacob – Ópticas Galilei, foi crescendo ao longo dos anos e, actualmente, emprega 10 pessoas nas três ópticas. A formação é uma preocupação da empresa para que todos os colaboradores se mantenham actualizados e possam servir melhor os clientes.

Todas as lentes comercializadas pelas ópticas de Antero Santos são certificadas. “Os nossos clientes levam um certificado de origem das lentes. Por isso, têm garantia da marca e da qualidade do produto. E isto faz com que as pessoas tenham confiança nos nossos serviços. A fidelização do cliente é a parte mais importante do negócio”, enaltece Antero Santos.

O empresário realça que as três ópticas apostam numa relação de proximidade com o cliente, contribuindo para que todas as pessoas que têm problemas de visão possam ter acesso a óculos ou lentes de contacto. “Facilitamos o pagamento às pessoas que têm mais dificuldades financeiras”, salienta Antero Santos. ■

Empresa pioneira em rastreios auditivos

As ópticas Antero Santos foram pioneiras na implementação da Audiologia. Este serviço surgiu para dar resposta às necessidades da população da re-

gião, cada vez mais idosa, e com problemas auditivos.

Os rastreios são realizados nas ópticas de Antero Santos há dois anos e são abertos ao público em geral. As lojas dis-

põem de um gabinete exclusivo para este efeito, com tecnologia digital de última geração, com especialistas formados na Escola Superior de Audiometria e Audiologia de Madrid e com atendimento permanente. Aqui é feito o despiste de patologias auditivas, que são encaminhadas para um médico especialista, enquanto nos casos de perda de audição simples, as pessoas são aconselhadas a usar uma prótese auditiva para o seu caso em particular.

Antero Santos enaltece o papel social da empresa, que não se preocupa, apenas, com o aumento do volume de negócios, mas também se preocupa com o bem-estar das pessoas. ■



Empresa de confiança

Novos serviços para melhorar a sua visão

Mas o apoio à população não se resume ao pagamento em prestações mensais. Nas Ópticas Galilei, as pessoas que não têm possibilidade de comprar os óculos também podem ganhar qualidade de vida. “Temos também outra vertente, que é a oferta de óculos a

clientes que têm necessidades, mas que não têm possibilidade de pagar”, garante o empresário.

O que distingue o serviço das ópticas Galilei é mesmo a qualidade do serviço a preços acessíveis. “O nosso cliente tem a melhor relação preço/qualidade”, sublinha Antero Santos.

A tecnologia de ponta usada em todas as lojas garante a resolução de qualquer problema da visão. “Conseguimos diagnosticar se há alguma patologia e, nesse caso, fazemos o encaminhamento para um médico especialista. Nos casos em que é necessário fazer correcção realizamos aqui todo o trabalho”, explica o responsável.

Os serviços na área da optometria são assegurados por Antero Santos, Dr. Cláudio Santos, Dr.^a Susana Santos e Dr.^a Filipa Pinto, optometristas licenciados e detentores de cursos complementares na área da visão e audição reconhecidos internacionalmente.

Antero Santos enaltece que as três ópticas são completamente autónomas na realização de todo o trabalho relacionado com a visão. Para além dos óculos e lentes de contacto, destaque para

o controlo da miopia com lentes de contacto nocturnas, realizado por especialistas reconhecidos pelo FDA, terapia visual, baixa visão e Audiologia. Os exames são complementados com topografia de córnea ou campimetria, entre outros, com gabinetes próprios para baixa visão e Audiologia.

Para o empresário, o galardão de PME Excelência é um reconhecimento do trabalho desenvolvido pela empresa, que lhe dá o estatuto de empresa sólida e transmite confiança aos clientes e ao público em geral. “Nós trabalhamos para os nossos clientes e não para o prémio, por isso o nosso trabalho vai continuar a ser sempre o mesmo”, garante Antero Santos. ■



“Lolis” um espaço modernizado

18

AVOZ



Luís Gonçalves remodelou negócio com 23 anos de história para tornar o café mais confortável para os clientes

Os petiscos são a imagem de marca do café “A Tasca do Lolis”, em Vinhais, um espaço remodelado para dar mais conforto aos clientes, que mantém a tradição de um negócio com 23 anos. Luís Gonçalves, mais conhecido por “Lolis” pelos amigos, é o rosto deste café que procura marcar a diferença na vila de Vinhais.

A confecção de petiscos, nomeadamente moelas, mão de vaca, rins, pregos, ou tostas, atrai muita clientela, que não encontra este serviço noutros estabelecimentos da vila. “Em Vinhais, à noite não há quem faça uma tosta ou um prego e aqui as pessoas têm esse serviço”, realça o proprietário do café.

Diariamente até às 2 da manhã e às sextas e sábados até às 4 da manhã na “Tasca do

Lolis” é possível degustar os tradicionais petiscos, num ambiente acolhedor, recentemente remodelado para melhor servir os clientes.

Luís Gonçalves enaltece o investimento na ordem dos 22 mil euros, apoiado em 50 por cento pela CoraNE, no âmbito do PRODER, que lhe permitiu tornar o espaço mais agradável. “As paredes, o chão, as casas de banho, é tudo novo. A parte do bar também foi completamente renovada, com equipamentos novos. Os balcões eram de madeira e foi colocado tudo em inox”, enumera o empresário.

A colocação de um sistema de extracção de fumo e de ar condicionado também fazem parte dos melhoramentos de que foi alvo o café “A Tasca do Lolis”.

“Havia gente que antigamente

não vinha aqui, porque o espaço era velho. Agora têm um local muito mais agradável, mais amplo e as pessoas vêm aqui com muito mais facilidade”, realça Luís Gonçalves.

Apesar da fidelização de novos fregueses, o “Lolis” lembra que “90 por cento dos clientes são amigos de longa data, que fazem questão de passar por vários estabelecimentos situados no centro da vila até à zona da Escola secundária”, onde está situado este café peculiar.

Aqui encontramos público de diferentes gerações, que descobre na “Tasca do Lolis” um espaço ideal para passar bons momentos em convívio.

Luís Gonçalves afirma que apesar da crise consegue ter sempre movimento. Por isso, no âmbito deste projecto de remodelação do espaço também incluiu a criação de um posto de trabalho, essencial para confeccionar os petiscos procurados, essencialmente, pelos clientes mais jovens.

Para concretizar este projecto, elaborado pela empresa Moneris, em Vinhais, Luís Gonçalves enaltece todo o apoio a nível operacional que teve da parte da CoraNE. ■



Turismo de natureza online

A. Montesinho cria central de reservas para tornar os alojamentos na aldeia de Gimonde acessíveis a pessoas de todo o mundo

O turismo de natureza da região está, agora, acessível a turistas de todo o mundo. A empresa A. Montesinho criou uma central de reservas online, que torna as casas de campo e de agro-turismo da aldeia de Gimonde e da Quinta das Covas acessíveis a um leque de público mais alargado.

Através da promoção online dos alojamentos, a empresa aposta na internacionalização das casas de turismo rural, que aliam o rústico da aldeia à comodidade dos tempos modernos. Quem ficar alojado nas casas da A. Montesinho tem oportunidade de entrar em contacto com a realidade rural e ainda pode percorrer os trilhos da região envoltos em paisagens naturais deslumbrantes, auxiliados por um guia.

O gestor da A. Montesinho, Al-

berto Fernandes, enaltece que o objectivo não é só trazer as pessoas até às casas de turismo rural, mas proporcionar-lhes programas que lhes permitam conhecer a região, rica em paisagens naturais, património e gastronomia.

A par da central de reservas e da criação de uma página Web para promover os alojamentos, Alberto Fernandes enaltece que também foi feito um investimento importante ao nível da eficiência energética de cinco casas. Para tal, foram colocados painéis solares, que garantem uma maior capacidade de águas quentes em todos os alojamentos.

Ao todo foram investidos cerca de 96 mil euros, apoiados pelo PRODER, para melhorar o serviço prestado nas casas de turismo rural da A. Montesinho.

Alberto Fernandes enalte-

ce o “salto qualitativo” que foi dado ao nível do conforto dos edifícios típicos, mas também no atendimento ao público, com a contratação de três colaboradores formados na área do Turismo.

O empresário enaltece, ainda, os protocolos estabelecidos pela A. Montesinho com operadores turísticos de todo o mundo, para cativar novos turistas. Os cheques prenda são uma das modalidades para promover as casas de turismo de Gimonde.

Para tornar a estadia dos turistas mais agradável, a empresa também estabeleceu protocolos com o Parque Natural de Montesinho, para a realização de percursos, e com o Museu Abade de Baçal, para programas culturais.

Para o futuro, a A. Montesinho está a elaborar um plano de Marketing, para ampliar a oferta e aumentar a taxa de ocupação, que, actualmente, se situa nos 40 por cento ao ano. Dos turistas que passam pelas casas de Gimonde 50 por cento são nacionais, 20 por cento espanhóis, 20 por cento da União Europeia e 10 por cento são ingleses e americanos. ■



IPB estuda tratamento alternativo para conservar a castanha

20
AVOZ

A Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB) está a estudar uma nova técnica para a conservação da castanha, um fruto com um forte peso na economia da região.

A castanha de Trás-os-Montes ocupa 85 por cento da área nacional de produção, o que corresponde a 30 mil toneladas, sendo o fruto com maior peso na balança de importações/exportações frutícolas nacionais, com valores de exportação 6 vezes superiores à importação.

Devido ao seu elevado potencial comercial, o governo Português tem incentivado a sua produção, sendo considerada uma fileira estratégica pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. A castanha é um fruto sazonal,

consumido em fresco ou processado, em que após colheita e armazenamento podem surgir problemas, tais como a presença de pragas, infestação por insectos (bichado e gorgulho) e o desenvolvimento de microrganismos, nomeadamente fungos de apodrecimento e produtores de micotoxinas, causadoras de rejeição por parte dos consumidores, traduzindo-se numa diminuição significativa dos lucros dos transformadores deste fruto, o que causa um decréscimo do rendimento ao longo da fileira de produção.

A fumigação com brometo de metilo (MeBr) era, até muito recentemente, a técnica pós-colheita mais utilizada para desinfestação da castanha exportada, de forma a cumprir as normas fitossanitárias, que

obrigam à eliminação da presença de pragas nos produtos agro-alimentares de comércio internacional.

No entanto, tratando-se de um produto tóxico para a saúde humana e para o ambiente, a União Europeia (EU) proibiu o seu uso desde Março de 2010, deixando sem grandes alternativas as indústrias do sector, com óbvios reflexos no rendimento dos produtores. A sua proibição sem alternativas tecnológicas viáveis, poderá contribuir para a perda de mercados importantes para a exportação deste fruto. O mercado nacional absorve apenas 15% da produção, sendo os restantes 85% destinados à exportação.

Este problema assume particular importância em Trás-os-Montes, a região responsável

por cerca de 85% da produção nacional. De acordo com dados de 2004 do Instituto Nacional de Estatística (INE), os valores envolvidos na exportação rondam as 10 mil toneladas e a facturação é de 13 milhões de euros (com um preço médio no produtor a 1 Euro). Em termos de economia regional, a castanha assume um papel de grande importância económica, sendo considerada uma fileira estratégica no Plano de Desenvolvimento Rural.

Assim, torna-se imprescindível encontrar uma solução viável para a conservação de castanha, que cumpra as normas de segurança alimentar, mantenha a qualidade do produto e que permita o seu armazenamento e comercialização durante períodos mais longos.

Técnica eficaz e amiga do ambiente

Nessa conformidade, a ESAB associou-se a um projecto QREN, liderado por uma empresa do sector, a Agroaguair Lda, e a outras instituições científicas, como a Universidade do Minho e o Instituto Tecnológico e Nuclear, no sentido de testar a viabilidade de uma técnica alternativa de tratamento, a técnica de irradiação, utilizada industrialmente em vários países para diversos produtos alimentares, podendo ser uma solução promissora e mais amiga do ambiente.

Outros tipos de tratamento, como a utilização de água quente, são pouco eficazes, têm custos energéticos elevados e apresentam alguns problemas tecnológicos, devido ao contacto da água com o fruto.

A utilização da irradiação em

alimentos, como técnica de conservação, tem sido testada com sucesso em diversos produtos alimentares e está regulamentada pela Directiva Europeia 1999/2/EC. Esta é já uma prática industrial corrente em alguns países da UE, com a existência de unidades industriais licenciadas para o tratamento de diversos produtos alimentares, sendo considerada por diversos comités científicos internacionais como uma técnica válida no tratamento de quarentena de diversos produtos. Em Março de 2011, na UE existiam instalações autorizadas em 13 países, tais como Espanha, França, Reino Unido, Hungria, e Polónia, para alimentos tais como: cebolas, alhos, especiarias secas, produtos hortícolas secos, cereais, ervas aromáticas, en-

tre outros.

Até agora pouco trabalho foi feito em irradiação de castanha europeia e, em particular, nas variedades portuguesas não existe nenhum estudo científico que permita validar a utilização desta técnica de conservação.

Com o estudo deste tipo de tratamento por irradiação, pretende-se avaliar o seu efeito nas características físico-químicas, na eliminação de pragas e fungos e a possível viabilidade económica da aplicação desta tecnologia na conservação e desinfestação da castanha. ■



Mais vida, mais qualidade **Estudar no Nordeste**



Ensino de excelência com oferta de alojamento

Colégio de Torre D. Chama assume-se como uma alternativa de ensino credível numa área que não é dotada de ensino público

O Colégio de Torre D. Chama apresenta uma oferta de cursos abrangente para os ensinos básicos e secundário, em instalações moderna que permitem o alojamento dos estudantes numa residência, recentemente inaugurada, que reúne excelentes condições de estudo e bem-estar para os alunos. Com 42 quartos, quatro dos quais para portadores de deficiência, e nove apartamentos integrados na residência, os estudantes encontram um espaço agradável, complementado com uma piscina, infraestruturas desportivas e salas de aula amplas que oferecem as condições de estudo ideais para obter bons resultados. Prova disso são as classificações alcançadas pelo Colégio da Torre no ranking nacional de escolas. No

ano passado, este estabelecimento de ensino foi considerado a melhor escola do distrito de Bragança. Já em 2003, o Colégio apresentou a discrepância mais baixa entre a média de frequência e a média dos exames nacionais.

As novas instalações alargam a oferta a um maior número de alunos, permitindo o intercâmbio de jovens, bem como a realização de campos de férias no Verão.

Para o próximo ano lectivo, o Colégio da Torre abre um vasto leque de cursos de formação. No Ensino Básico destaque para os cursos de línguas: Inglês e Francês, para os 7.º, 8.º e 9.º anos. Ao nível dos Cursos de Educação e Formação (CEF) estão em fase de aprovação as áreas de Instalação e Operação de Sistemas Informáticos (Operador de Informáti-

ca), Protecção e Prestação de Socorros (Bombeiro) e Jardinagem e Espaços Verdes (Operador de Jardinagem).

Já no Ensino Secundário Regular estão disponíveis as áreas de Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas. Já os cursos profissionais de Técnico de Turismo e Técnico de Auxiliar de Saúde também estão em fase de aprovação pelo Ministério da Educação (ME).

Os cursos profissionais e os CEF são financiados pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) no âmbito do programa POPH.

Os alunos têm, ainda, acesso a alojamento, alimentação, transporte, bolsa de profissionalização, serviços de Psicologia e Orientação e salas equipadas com

tecnologia multimédia.

Numa altura em que o ME está a estudar a revisão dos contratos de financiamento para o ensino privado, que podem resultar em cortes nas transferências para os colégios, o estabelecimento de ensino da Torre reclama uma excepção. Aliás um estudo pedido pelo Ministério à Universidade de Coimbra salienta o facto do Colégio da Torre estar inserido num meio onde não há oferta pública, assumindo-se o privado como uma alternativa para colmatar as falhas da rede escolar estatal. ■



www.parquebiologicodevinhais.com

PARQUE BIOLÓGICO de Vinhais

Venha descobrir os
ENCANTOS DA NATUREZA



Câmara
Municipal
de Vinhais



ABERTO DIARIAMENTE
a 2 Kms de Vinhais

Parque Biológico de Vinhais Alto da Cidadelha
Apartado 15, 5320 Vinhais
tel/fax: 273771040 tlm: 933 260 304
email: vinhais@parquebiologico.pt



Parque
Biológico
Vinhais

20
ANOS



Consigo,
para a **Vida.**

 **REVINORD®**

A REVINORD oferece diversidade de produtos e soluções, que vão desde principais fabricantes mundiais de pavimentos e revestimentos, entre soalhos em madeira, pavimentos flutuantes, laminados, vinílicos, linóleos e alcatifas; assim como a comercialização de portas, roupeiros e estantes. Visite-nos, pensar na sua casa, é pensar em nós.

 **QUICK-STEP®**

vicaima
Portas, Roupeiros na Vida

 **Poliface®**
PAVIMENTOS LAMINADOS


WICANDERS

Armstrong®

 **Tarkett**

 **JUNCKERS**
A NATURAL FEELING


FORBO
FLOORING

aqua·step®
WATERPROOF LAMINATE FLOORING

CEILING & WALL COVERING
Maestro

Gerflor
theflooringgroup


Dierre
YOUR HOME, YOUR LIFE

VESCOM

 **TimberTech**
Less Work. More Life.

DESSO
The Floor is Yours

Bragança
Zona Ind. das Cantarias Lote 185
5300 - 099 Bragança
T. 273 331 586
F. 273 332 368

Porto
Rua do Rio, 36 - Nogueira
4475 - 493 Maia - Porto
T. 229 607 353
F. 273 332 368

www.revinord.com